



# ***Caieiras Luz Serviços de Iluminação Pública SPE S.A.***

## ***NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)***

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Constituída em 2 de abril de 2020, a sociedade tem como principal atividade Execução do objeto da concorrência nº 005/2019, na modalidade de Concessão Administrativa promovida pelo Município de Caieiras – SP, por intermédio da Prefeitura Municipal de Caieiras, para a contratação de Parceria Público-Privada (“PPP”), cujo objeto é a Concessão Administrativa para o Desenvolvimento, Modernização, Ampliação, Eficientização Energética, Operação, Manutenção, Controle, Monitoramento e Telegestão do Sistema Iluminação Pública do Município de Caieiras - SP.

A Sociedade tem prazo de duração para o período de 10 (dez) anos, obrigatoriamente prorrogável por mais 10 (de) anos, a fim de atender plenamente o Contrato de Concessão, podendo ainda ser prorrogado novamente por igual período ou até o cumprimento integral do objeto de concessão.

### **2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Em atendimento ao item 15.1.19 do Termo de Contrato de Concessão 124/2020 firmado com a Prefeitura do Município de Caieiras - SP, A Sociedade tem o compromisso de prestar informações ao Poder Concedente em relação ao desempenho de atividades no período abrangido nas demonstrações contábeis apresentadas.

#### **2.1. Descrição das atividades realizadas**

Conforme objeto do contrato, as atividades que a concessionária Caieiras Luz realizou no período foram aquelas relacionadas ao desenvolvimento, modernização, ampliação, eficientização energética, operação, manutenção, controle, monitoramento e telegestão da rede de iluminação pública do município de Caieiras.

Iniciando-se pela modernização (investimentos), no período de janeiro até dezembro de 2025, a concessionária realizou, conforme previsto em Plano de Negócios, apenas a ampliação do parque de IP, totalizando ao final de 2025, 10.475 pontos modernizados. Em 2025, a concessionária realizou a ampliação de 12 novas luminárias, que desde o início do contrato correspondem a uma ampliação total de 1.446 luminárias.

No tocante à operação e manutenção do parque, em 2025 a concessionária prestou serviços de instalação e substituição de cabos, braços, lâmpadas, fiação, relês, reatores, conectores, postes dentre outros.



### **2.1.1. Descrição das Receitas Complementares, acessórias ou de Projetos Associados eventualmente auferidas no período**

Não ocorreram tais despesas no período

### **2.1.2. Descrições do cumprimento das metas, do Cronograma de Modernização, e Eficientização Energética, do Fator de Desempenho Geral e do Fator de Modernização e Eficientização**

A concessionária no ano de 2025 cumpriu sua meta de acordo as demandas do Poder Concedente, e vem cumprindo regularmente também a meta de eficiência energética.

Quanto aos índices de desempenho aplicados na Contraprestação Mensal, não houve impactos nas contraprestações de 2025, indicando o bom o nível de atendimento do contrato.

### **2.1.3. Descrição das obras realizadas**

As obras realizadas no período englobaram apenas as ampliações do parque de IP (instalação de novos pontos de iluminação, incluindo a instalação de braços de luminárias, postes, cabos etc.).

De janeiro à dezembro de 2025 foram instaladas 12 novas luminárias.

### **2.1.4. Descrição das atividades de manutenção**

As atividades de operação e manutenção realizadas no período de janeiro a dezembro de 2025 estão relacionadas aos serviços de instalação e substituição de cabos, braços, lâmpadas, fiação, relês, reatores, conectores etc.

Durante o período foram realizadas ações preventivas e corretivas nas unidades de iluminação pública, contemplando a mão de obra, aplicação de materiais e fornecimento equipamentos e veículos necessários para que a rede municipal de iluminação pública desempenhasse sua função.

A Concessionária realizou a manutenção das unidades de IP visando a garantia de funcionamento, do nível de uniformidade e iluminância, de excelência no aspecto visual e estético e do consumo de energia e eficiência.

Com relação a manutenção preventiva, seu objetivo foi evitar falhas no sistema de IP, reduzindo reclamações de munícipes e prevenindo a quebra ou falha dos equipamentos. As intervenções preventivas realizadas pela Concessionária no período são constantes e programadas com intuito de reduzir ou impedir as falhas no desempenho dos equipamentos de iluminação pública.



Uma das ferramentas utilizadas para realização da manutenção preventiva é a ronda, realizada durante os períodos diurnos e noturnos com intuito de identificar e evitar as falhas da rede de Iluminação Pública. Durante as vistorias são identificados pontos acesos durante o dia, pontos apagados durante a noite, condições de caixa de passagem, posicionamento de luminárias, braços e postes, situação de chaves de comando. etc.

Já a manutenção corretiva e emergencial ocorreu quando uma falha foi identificada e o serviço foi realizado para restabelecer a iluminação pública. A manutenção corretiva ocorre no período de até 24h após identificação da falha, entretanto, em casos de emergência (postes abalroados, cabos expostos, transformador vazando óleo, túneis apagados), a manutenção ocorreu num prazo inferior a 12 horas.

### **2.1.5. Descrição dos eventuais períodos de interrupção dos serviços e suas justificativas**

Não houve interrupções dos serviços no período de janeiro a dezembro de 2025

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1. Bases de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando as que são aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), divulgadas de forma comparativa com as do exercício anterior.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

### **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Caieiras Luz Serviços de Iluminação Pública SPE S.A. e, também, a sua moeda de apresentação.



### 3.3. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

### 3.5. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) **Mensurados ao custo amortizado** - São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).



c) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*** - Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas.

### 3.6. Ativos e passivos circulantes

Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes.

### 3.7. Os créditos a receber

São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### 3.8. Provisões

A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.



### 3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### 3.10. Impostos sobre vendas e serviços

Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

Impostos e Contribuições Sociais	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	3,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. Os créditos decorrentes de PIS / COFINS não cumulativos são registrados como dedução do custo de vendas no resultado ou como créditos fiscais diferidos quando decorrentes de eventos sujeitos a realização futura.

Sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e ao PIS, com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente.

### 3.11. Novas normas, alterações e interpretação das normas

#### (a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

**NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28** - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. Entretanto, em razão de sua aplicabilidade, não houve reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.



## **(b) Normas novas que ainda não estão em vigor**

### **NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**

- Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações.

Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

### **NBC TG 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade**

- Publicada pelo CFC em dezembro de 2025, esta norma alinha o Brasil ao padrão internacional **IFRS 18**. Essa norma substitui o CPC 26 (IAS 1) e altera profundamente a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), criando novas categorias de receitas e despesas (vendas, operacional, investimentos e financiamentos). Embora a aplicação obrigatória seja para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, as empresas necessitarão preparar os dados comparativos já em 2026.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

## **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão.



## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados da seguinte forma:

	<u>31.12.2025</u> R\$	<u>31.12.2024</u> R\$
<b><u>Bancos conta movimento:</u></b>		
Santander	-	946.939
Banco do Brasil	5.440	6.796
	<u>5.440</u>	<u>953.735</u>
<b><u>Aplicações financeiras</u></b>		
Santander	406.374	-
	<u>406.374</u>	<u>-</u>
	<u>411.814</u>	<u>953.735</u>

## 6. DUPLICATAS A RECEBER

O saldo de R\$ 586.490 (R\$ 1.038.791 em 31 de dezembro de 2024) está representado pelo total de contraprestações relativas a serviços prestados e ressarcimento dos investimentos realizados, não tendo sido identificada necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 7. CLIENTES A FATURAR

Corresponde ao total de contraprestações relativas a serviços prestados e ressarcimento dos investimentos realizados, no montante de R\$ 838.008 (R\$ 825.139 em 31 de dezembro de 2024), cujo faturamento aguarda conclusão dos trâmites de autorização para faturamento por parte da Prefeitura do Município de Caieiras – SP.

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31.12.2025</u> R\$	<u>31.12.2024</u> R\$
Estudo de viabilidade	534.375	571.875
Seguros a apropriar	13.016	8.192
	<u>547.391</u>	<u>580.067</u>

Estudo de viabilidade corresponde a gastos realizados em projeto de parceria, os quais são apropriados mensalmente ao resultado.



## 9. ATIVO FINANCEIRO

Está representado por gastos correspondentes a obras e serviços executados no objeto do contrato com a Prefeitura do Município de Caieiras - SP, no montante de R\$ 2.998.456 (R\$ 4.175.323 em 31 de dezembro de 2024), cujos valores serão recebidos em contraprestações futuras, conforme previsto no Contrato de Concessão, sendo R\$ 2.403.381 recebíveis no próximo exercício e R\$ 595.075 com recebimento previsto após o exercício seguinte.

O valor de R\$ 499.964 está apresentado de forma destacada, pois se trata de investimentos realizados fora do escopo inicial do Contrato de Concessão e que são objeto de discussão com o Poder Concedente sobre eventual reequilíbrio futuro.

## 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de R\$ 2.380.580 em 31 de dezembro de 2025 corresponde substancialmente a adiantamentos a fornecedores por conta de fornecimentos a serem realizados no início do exercício seguinte.

## 11. FORNECEDORES

Correspondente a débitos com diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços, vencíveis no exercício seguinte, no total de R\$ 7.330 (R\$ 58.848 em 31 de dezembro de 2024).

## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Está representado pelo total de salários e encargos sociais correspondentes ao mês de dezembro, liquidados no início do mês seguinte:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	R\$	R\$
Salários a pagar	13.232	18.851
INSS	9.311	11.612
FGTS	2.607	3.336
Empréstimo consignado FGTS	1.318	-
IRRF a recolher - folha	2.117	-
Contribuição sindical	133	40
	<u><b>28.718</b></u>	<u><b>33.839</b></u>



### 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Estão assim representadas:

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
<b><u>Curto Prazo:</u></b>		
ISS	10.891	10.030
Provisão CSLL a recolher	23.550	3.666
Provisão IRPJ a recolher	12.335	4.170
IRRF	1.030	4.965
PIS	5.197	1.701
COFINS	24.009	8.151
COFINS diferido sobre operações	55.888	68.316
PIS diferido sobre operações	12.134	14.832
PIS/Cofins/CSLL retenção	125	120
Outros	-	245
	<b>145.159</b>	<b>116.196</b>
<b><u>Longo Prazo:</u></b>		
IRPJ diferido sobre construção (i)	1.783.859	1.649.999
CSLL diferido sobre construção (ii)	642.189	594.000
COFINS diferido sobre construção (iii)	256.544	236.582
PIS diferido sobre construção (iv)	41.689	38.445
	<b>2.724.281</b>	<b>2.519.026</b>
<b><u>IRPJ e CSLL Diferidos - Passivo</u></b>		<b><u>R\$</u></b>
<b><u>Exclusões de diferenças temporárias:</u></b>		
Variação monetária diferida mensal		1.060.153
Exclusão Margem LNRE:		138.647
		<b>1.198.800</b>
<b><u>Adições de diferenças temporárias:</u></b>		
Total de adições LALUR		(663.359)
		<b>(663.359)</b>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos		(39.512)
IRPJ (25%)		133.860
Saldo IRPJ diferido ano anterior		1.649.999
<b>IRPJ diferido sobre construção (i)</b>		<b>1.783.859</b>
CSLL (9%)		48.189
Saldo CSLL diferido ano anterior		594.000
<b>CSLL diferido sobre construção (ii)</b>		<b>642.189</b>



<b>COFINS e PIS Diferidos - Passivo</b>	<b>R\$</b>
<u>Exclusões de diferenças temporárias:</u>	
Variação monetária diferida mensal	1.060.153
Total de adições LALUR	(663.359)
Adição margem LNRE	<u>102.245</u>
Base de cálculo PIS e COFINS diferidos	499.039
COFINS s/ receita financeira (4%)	19.962
Saldo COFINS diferido ano anterior	<u>236.582</u>
<b>COFINS diferido sobre construção (iii)</b>	<b><u>256.544</u></b>
PIS (0,65%)	3.244
Saldo PIS diferido ano anterior	<u>38.445</u>
<b>PIS diferido sobre construção (iv)</b>	<b><u>41.689</u></b>

#### 14. PROVISÕES TRABALHISTAS

Refere-se à provisão de férias considerando os valores vencidos e proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais, no total de R\$ 26.674 (R\$ 38.445 em 31 de dezembro de 2024).

#### 15. CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.000.000, representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada.

No exercício de 2025 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de R\$ 1.100.000, correspondentes a lucros acumulados até 31 de dezembro de 2025.

#### 16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em consonância com a atividade operacional, os materiais, mão de obra e demais insumos aplicados nas obras e nos serviços contratados. reconhecidos nos custos da prestação dos serviços.



## 17. RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31.12.2025</u> R\$	<u>31.12.2025</u> R\$
<b><u>Receitas Financeiras:</u></b>		
Juros ativos	2.231.013	1.550.361
Descontos obtidos	-	2.482
	<u>2.231.013</u>	<u>1.552.843</u>
<b><u>Despesas Financeiras:</u></b>		
Variação monetária passiva	(1.180.247)	(1.160.103)
Despesas bancárias	(2.400)	(2.018)
Juros passivos	(26.237)	(49.522)
IOF	-	(893)
	<u>(1.208.884)</u>	<u>(1.212.536)</u>
	<u>1.022.129</u>	<u>340.307</u>

## 18. COBERTURA DE SEGUROS

A Caieiras Luz Serviços de Iluminação Pública SPE S.A., com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinada pela Administração da Empresa e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

\*\*\*\*\*